

EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO DO CAMPO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SALAS MULTISSERIADAS

Juliano Bicker Pereira¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Alexandro Braga Vieira²

Universidade Federal do Espírito Santo

Agência Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa
e Inovação no Espírito Santo

Eixo 6: Processos de aprendizagem e desenvolvimento e práticas pedagógicas
na perspectiva da inclusão escolar

RESUMO:

O estudo faz parte de uma investigação de mestrado que objetiva trazer discussões sobre questões que atravessam as práticas pedagógicas planejadas e mediadas por professores em atuação em uma sala multisseriada da Rede Municipal de Educação de Domingos Martins/ES visando fortalecer à escolarização de estudantes com deficiências nas interfaces Educação Especial e Educação do Campo. Adota como referencial teórico, Santos (2006, 2007, 2008, 2018), Arroyo (2004) e autores da Educação Especial e da Educação do Campo, e, metodologicamente, os pressupostos da pesquisa qualitativa e da pesquisa-ação colaborativo-crítica. Realiza-se por meio de pedido de autorização à Secretaria de Educação e profissionais da escola; análise de documentos; observação do cotidiano escolar; participação nos espaços-tempos de planejamento e de trabalho pedagógico na classe comum. Como participantes, elege: a) a professora regente do 3º ao 5º ano por possuir estudantes público-alvo da Educação Especial na classe em que atua; b) duas docentes de Educação Especial e c) uma cuidadora. Como recorte do estudo maior, os resultados trazidos no texto apontam elementos que implicam as práticas pedagógicas em Educação Especial na Educação do Campo, tendo como lócus as classes multisseriadas, destacando-se a necessidade de currículos acessíveis que promovam a tradução entre os conhecimentos curriculares, os dos territórios da escola/estudantes e as especificidades de aprendizagem; a melhoria das condições de trabalho docente, tendo em vista a multiplicidade de tarefas assumidas pelo professor que atua no meio rural; a criação de redes de apoio para a oferta do atendimento educacional especializado; a existência de espaços-tempos de planejamento e os investimentos na formação inicial e continuada dos profissionais da Educação.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação do Campo; Práticas Pedagógicas.

¹ Graduação em Pedagogia (FAVENI), Educação do Campo (UFES), Pós-Graduação em Currículo e Ensino (IFES), Mestrando em Educação (PPGE – UFES).

² Graduação em Pedagogia, Graduação em Língua Portuguesa, Mestre em Educação (UFES) Doutor em Educação (UFES), Pós-Doutor em Educação (UFES).

INTRODUÇÃO

O estudo faz parte da dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo que adota como tema central a Educação Especial na interface com Educação do Campo, constituindo diálogos sobre práticas pedagógicas inclusivas em salas multisseriadas. Pensar as interfaces entre a Educação Especial e a Educação do Campo é uma ação necessária para se discutir e se fortalecer a Educação como direito social para os povos camponeses que possuem deficiências, principalmente, por estarmos atravessando um momento político e ideológico marcado pela negação/enfraquecimento de vários direitos sociais, dentre eles, a Educação.

Considerando a Educação um direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988, percebemos o quanto os sujeitos do campo com deficiências foram excluídos dos processos de escolarização, tendo em vista a escassez de políticas públicas constituir processos de exclusão desses alunos das escolas comuns, influenciando, diretamente, no direito social à Educação.

Assim, na Educação do Campo, é preciso prover as escolas de condições para acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, destacando-se a criação de redes de apoio e a contratação de profissionais devidamente qualificados para acessibilidade curricular. A oferta do atendimento educacional especializado como rede de apoio disponível na escola – tanto no turno quanto no contraturno – coloca-se como uma política necessária, pois com tal colaboração pode-se pensar em como articular os saberes curriculares, os do campo, as demandas específicas de aprendizagem dos alunos na classe comum e nas intervenções do contraturno.

Diante do exposto, o presente texto emerge da pesquisa de mestrado que adota como objetivo geral: constituir práticas pedagógicas com professores e alunos de uma sala de aula multisseriada da Rede Municipal de Educação de Domingos Martins/ES visando fortalecer à escolarização de estudantes com deficiências na

interface entre Educação Especial e Educação do Campo. Para alcançar tal objetivo, elege-se como específicos: a) compreender as políticas públicas de Educação e de Educação Especial presentes na rede municipal de ensino de Domingos Martins/ES; b) analisar o currículo da Rede Municipal de ensino de Domingos Martins/ES e a política de atendimento educacional especializado; c) observar o cotidiano de uma sala de aula multisseriada; d) articular espaços-tempos de planejamento e de mediação; e) problematizar os desafios e as possibilidades existentes na interface entre Educação do Campo e Educação Especial na escola estudada. Na produção do presente texto, adota-se discussões constituídas com os participantes envolvidos sobre temáticas que implicam as práticas pedagógicas no contexto da inclusão escolar de estudantes público-alvo da Educação Especial na classe multisseriada investigada.

O estudo se realiza por intermédio de pressupostos qualitativos e da pesquisa-ação colaborativo crítica, assim como de diálogos com as teorizações de Boaventura de Sousa Santos (2006, 2008, 2018) e autores da Educação Especial e da Educação do Campo, adotando como lócus de investigação uma classe multisseriada vinculada à Rede Municipal de Educação de Domingos Martins/ES com a matrícula de estudantes com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento. Assim, o texto se organiza por intermédio do diálogo com outros estudos dedicados a estudar a temática, o referencial teórico, a metodologia e os principais resultados/análises.

REVISÃO DE LITERATURA

Os estudos trazidos para a composição da revisão de literatura foram levantados no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, adotando como recorte temporal o período de 2008 a 2022 e a combinações das palavras-chaves: Educação Especial, Educação do Campo, escolas multisseriadas e práticas pedagógicas. Para esse momento, pautamos as discussões nos estudos de Galvão (2009), Souza (2012), Correia (2013), Fernandes (2015), Palma (2016), Nozu (2017) e Kuhn (2017) que apresentam questões desafiadoras para o trabalho com as práticas pedagógicas na Educação do Campo no contexto da Educação Especial.

Os estudos mencionados problematizam a necessidade de ações estatais para o fortalecimento do direito social à Educação para estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas campesinas, entendendo que o fechamento das escolas do campo, a nucleação e o uso do transporte escolar são barreiras que enfraquecem/impedem o acesso, a permanência e a aprendizagem desses sujeitos nas escolas comuns, conseqüentemente, as práticas pedagógicas, reafirmando a importância da existência de unidades de ensino que estejam no campo e sejam do campo.

Os estudos também apontam que as práticas organizativas das escolas multisseriadas precisam ser repensadas para que os alunos possam usufruir do direito social à Educação. A multiplicidade de ações desempenhadas pelo professor que atua no meio rural e a sobrecarga do trabalho docente faz com que esse profissional não encontre condições de envolver os estudantes público-alvo no trabalho pedagógico que realiza com os demais estudantes, tendo em vista exercer um conjunto de funções extraclasse que perpassa pela realização de atividades administrativas, a merenda escolar e os serviços gerais, e, por vezes, funções como líder comunitário, agente de saúde, dentre outros.

A criação de redes de apoio, a contratação de profissionais da Educação e os investimentos na formação dos educadores também se colocam como ações necessárias à implementação de práticas pedagógicas na Educação do Campo visando à escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial. São políticas que se implementadas apontam maiores alternativas para o envolvimento dos discentes no trabalho pedagógico da classe comum e o atendimento às especificidades de aprendizagem.

Os trabalhos produzidos em Educação Especial levantam preocupações quanto à interface da modalidade de ensino com a Educação do Campo, compreendendo a importância de se garantir ao estudante escola em sua comunidade; currículos que façam dialogar os conhecimentos curriculares com a realidade social campesina; profissionais da Educação qualificados e com investimentos na formação inicial e continuada e; redes de apoio para se

promover a acessibilidade curricular, sem desmerecer as singularidades trazidas por cada estudante/grupo de estudante para a escola comum campesina.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Como embasamento teórico, o estudo busca por aproximações com a sociologia do conhecimento de Boaventura de Sousa Santos (2006, 2008, 2018), assim como em autores da Educação Especial e da Educação do Campo, estabelecendo redes de conversações. Santos (2006) problematiza a racionalidade moderna, entendendo-a como indolente, ou seja, constituída por uma linha de pensamento que se coloca única/antidialógica, produzindo o epistemicídio (morte) de conhecimentos não valorados como hegemônicos.

A indolência do pensamento moderno, a nosso ver, implica na constituição de olhares negativados sobre os conhecimentos/modos de vida das pessoas do campo, alocando-os como invalidados/inferiores, por trazerem culturas, modos de produção, valores, crenças, costumes e saberes não vinculados a grupos sociais hegemônicos, negando, com isso, a pluralidade da existência humana.

A aproximação das teorizações do autor com o cenário da Educação nos permite compreender o quanto a razão indolente impacta na definição dos conhecimentos compreendidos como significativos, por sua vez, capazes de serem explorados na escola, via currículos. Na Educação do Campo, faz com que os saberes do campesinato sejam significados como inválidos, implicando nas práticas pedagógicas. Levando em consideração os alunos apoiados pela Educação Especial, a invisibilidade de muitas racionalidades alternativas pode apontar impossibilidades de se trabalhar de forma mais significativa o currículo escolar, assim como a busca por caminhos alternativos para as práticas pedagógicas e a mediação/apropriação dos conhecimentos.

Por compreender a existência de outros modos de produção de conhecimento, Santos (2006, 2008) busca reconhecer/visibilizar a produção negligenciada, acenando para a necessidade de reconhecimento de uma ecologia de saberes, colocando a ciência como parte da produção social/cultural (mas não única e

totalitária). O autor chama atenção que “[...] não se trata de “descredibilizar” as ciências nem de fundamentalismo essencialista “anticiência”; como cientistas sociais não podemos dizer isso [...]” (SANTOS, 2007, p. 32), mas também de valorizar os saberes culturais, religiosos, os costumes tradicionais, dentre outros, que fazem parte da existência de muitas comunidades invisibilizadas pela racionalidade moderna.

O reconhecimento de uma ecologia de saberes precisa estar articulado a relações dialógicas entre os conhecimentos, ação denominada pelo autor como processo de tradução, ou seja, a interação entre um saber e outro, reconhecendo, pontos comuns e especificidades. Tradução para Santos (2007) significa um processo intercultural e intersocial que considera o quanto a diversidade do mundo é inesgotável. Diante disso, compreende a impossibilidade da existência de uma teoria geral capaz de organizar/significar toda a realidade social. Em assim sendo, o processo de tradução busca criar inteligibilidade/diálogo recíproco no interior da pluralidade dos conhecimentos produzidos pela humanidade (SANTOS, 2007), na busca por inteligibilidade e não canibalização.

As aproximações entre as teorizações de Santos (2006, 2007, 2008) com as práticas pedagógicas de Educação Especial na Educação do Campo, tendo como eixo de análise as classes multisseriadas, nos convoca a refletir sobre a importância de se reconhecer o campo como espaço de existência/resistência, assim como de produção de conhecimentos e modos de vida. O diálogo entre esses saberes com os conhecimentos que já fazem parte dos currículos escolares e o respeito às singularidades de aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial se coloca como uma política ética e articulada ao direito social à Educação.

A tradução entre a Educação Especial e a Educação do Campo desvela o compromisso a ser assumido pelo Estado de garantir que os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à escola comum, contexto que convoca a criação de redes de apoio, qualificação dos profissionais da educação,

composição de currículos que respeitem/reconheçam o campesinato e o pressuposto de que esses alunos têm o direito de estudarem em escolas que se reconheçam no/do campo.

Além dos fundamentos teóricos trazidos, o estudo, sustenta-se, metodologicamente, na abordagem qualitativa por favorecer a compreensão social a partir da análise/pensamento dos sujeitos envolvidos. Quanto ao método, busca apoio nos pressupostos da pesquisa-ação colaborativo-crítica que possibilita a compreensão da realidade social, mas também a intervenção dos envolvidos na premissa por mudanças para os desafios existentes no campo analisado.

Para o desenvolvimento do estudo, adota-se como procedimentos: a) pedido de autorização à Secretaria Municipal de Educação de Domingos Martins/ES, por meio da Coordenadoria da Educação Especial, para a produção dos dados; b) apresentação do estudo à escola e solicitação de anuência dos professores; c) análise de documentos relacionados à Educação Especial e à Educação do Campo na municipalidade analisada; d) observação participante do cotidiano escolar; e) momentos de planejamento da ação pedagógica desenvolvida com os alunos em sala de aula; f) mediação das práticas pedagógicas, mediante o trabalho ações de colaboração entre o pesquisador e os participantes da pesquisa. Todo o processo de produção dos dados perpassou pela avaliação crítica da pesquisa, realizada pelos docentes, pesquisador e estudantes envolvidos no estudo.

O estudo elege como participantes: a) uma professora regente que leciona na turma do 3º ao 5º ano no turno matutino, pelo fato de a classe contar com seis estudantes público-alvo da Educação Especial; b) uma professora de Educação Especial que atua com uma estudante com deficiência auditiva; c) outra professora de Educação Especial que apoia os demais alunos da Educação Especial; d) uma cuidadora que também atua diretamente com os estudantes da Educação Especial nas atividades pedagógicas.

A pesquisa se realiza no cotidiano da escola no período de março a dezembro de 2022, estando o pesquisador três vezes por semana na unidade de ensino. Para registro dos dados, trabalha-se com o diário de campo e o uso do celular como gravador, além de registros fotográficos. A análise de dados perpassa pela leitura das informações, criação de categorias analíticas e discussão a partir do olhar crítico do pesquisador com apoio da revisão de literatura e do referencial teórico. A investigação foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo, sendo colhida a assinatura dos participantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e as discussões trazidas para este artigo estão vinculados à observação do cotidiano escolar e à realização dos espaços de planejamento entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, ações que favoreceram a constituição de três sequências didáticas que objetivaram promover a tradução entre os componentes curriculares, os saberes camponeses e as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

As três sequências didáticas trouxeram as respectivas temáticas: a) agricultura familiar; b) movimentos migratórios; c) sistema solar. A mediação das três sequências com os estudantes possibilitou que, simultaneamente, eles se apropriassem do conhecimento previsto no currículo da rede de ensino, mas também relacionassem essa produção com as questões vividas no território camponês, levando professores e o pesquisador, a organizar estratégias para que os estudantes público-alvo da Educação Especial participassem do trabalho pedagógico realizado com a turma.

Para além de aulas expositivas e dialogadas, foi importante recorrer a recursos que possibilitassem a compreensão das questões discutidas, como no caso da primeira sequência didática, o uso e o manuseio de alimentos. Com isso, os estudantes puderam relacionar as discussões teóricas com os materiais concretos selecionados para as aulas. Para as demais sequências didáticas,

ganharam destaque a produção de maquetes, assim como a realização de pesquisa de campo.

Os dados do estudo evidenciam a importância de currículos acessíveis que, durante décadas, foi invisibilizada em detrimento de conhecimentos considerados hegemônicos, os quais Santos (2006) denomina de racionalidade técnica monocultural ou razão indolente. Diante disso, há de se refletir que a racionalidade técnica monocultural ou razão indolente atrelada ao pensamento hegemônico-capitalista produz (no imaginário social) o pressuposto de que o campesinato é um espaço de atraso, sem valor, sem cultura, portanto, tudo que será de incumbência do Estado pode ser mínimo e, em consequência disso, oferta-se educação, saúde, lazer e infraestrutura precárias para sujeitos vistos também como precários.

Essa linha de pensamento afeta o direito à escolarização para os estudantes público-alvo da Educação Especial, principalmente, por negar o acesso um conhecimento prudente capaz de promover uma vida decente (SANTOS, 2008), simplificando as proposições curriculares em ações simplórias que não contribuem com os processos de emancipação pela via da apropriação do conhecimento.

De acordo com Arroyo (2004), o campo foi encarado, por muitos anos, como lugar atrasado e a cidade como um espaço-tempo inovado com avançadas tecnologias, portanto, um lugar desenvolvido. Sendo assim, o atraso da educação rural se respalda na falta de demanda de trabalhadores escolarizados e qualificados, pois, para muitos, no campo, não há demanda de mercado, no entanto, não sendo necessária uma educação de qualidade, nem investimentos de políticas públicas. No caso da Educação Especial, a escola vai se tornando um espaço distante desses alunos que se ausentam dos bancos escolares ou passam a ser significados como propícios aos espaços das instituições filantrópicas com fins caritativos.

Com a realização das sequências didáticas, percebemos a possibilidade de reinventar o currículo escolar nas escolas multisseriadas do campo, por meio de

políticas públicas comprometidas com o direito social à Educação, assim como o desenvolvimento de pesquisas que agregam professores e pesquisadores, como propõem a pesquisa-ação colaborativo-crítica. Os dados também permitem a compreensão sobre a necessidade de se garantir melhores condições de trabalho e de formação para os professores que atuam nas escolas do campo, considerando, inclusive, o impacto de tais ações na inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial.

O estudo compreende que currículos acessíveis e comprometidos com a vinculação do estudante com a sociedade promove emancipação e a formação de cidadãos capazes de buscar alternativas para enfrentamento da desigualdade social e cognitiva que assola a trajetória de muitas pessoas. Currículos dessa natureza são fundamentais para se fortalecer as escolas inclusivas que buscam se readequar para atender aos itinerários de aprendizagem dos alunos.

Os povos do campo demandam de currículos que se comprometam com a mediação dos conhecimentos, vistos não dentro de uma lógica monocultural, mas plural. Diante disso, esse educador demanda se apropriar de conhecimentos a serem mediados com a turma; das lutas e produções de homens e mulheres do campo e a do direito que cada estudante possui de ter a sua diferença reconhecida, sem apagar a igualdade do direito de acessar o conhecimento.

Os momentos de planejamento, de observação participante e de apoio ao trabalho pedagógico levaram-nos a compreender que o trato com as práticas pedagógicas inclusivas se coloca como uma postura ética frente ao direito de aprender de estudantes público-alvo da Educação Especial, assumindo, aqui, o papel da escola de visibilizar e reconhecer a pluralidade de conhecimentos capazes de conceber as subjetividades humanas como plurais e motoras da constituição de sociedades e escolas mais justas, igualitárias e inclusivas.

Além disso, esses procedimentos metodológicos nos permitem destacar o quanto precisamos constituir movimentos de resistência para defender redes de

apoio aos processos de escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas multisseriadas. O fato de a escola contar com professores especializados na modalidade de ensino para atuação conjunta com os regentes de classe pode contribuir para o trabalho com currículos que levam os estudantes a encontrarem sentido no que lhes é ensinado para analisar criticamente os processos de exclusão e desigualdade social tão presentes nas sociedades capitalistas. Currículos que reconheçam a ecologia de saberes existentes e que os estudantes têm o direito de acessar (SANTOS, 2008).

O planejamento e a execução das sequências didáticas se colocam como uma alternativa às práticas pedagógicas, pois permite que professores e estudantes se vejam em estado de pesquisa, além de favorecer a realização de atividades conjuntas. Tal estratégia pode também ampliar o trabalho pedagógico para além do espaço-tempo da sala de aula, levando o grupo a explorar a comunidade em que a escola se encontra instalada, assim como outros espaços-tempos e aparelhos públicos.

Entendemos que a criação de estratégias didático-pedagógicas que assumem o desafio de garantir o acesso ao conhecimento comum a todos os alunos, com metodologias e atividades em níveis diferenciados se colocar como um caminho possível para favorecer o envolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas práticas pedagógicas realizadas em classes multisseriadas, por isso a importância dos investimentos na qualificação docente, na melhoria das condições de trabalho e na composição de redes de apoio.

A Educação do Campo possui legitimidade nos processos didáticos por ela desenvolvidos, tornando-os significativos e em defesa de um projeto de desenvolvimento social, ecológico e economicamente justo. A escola do campo possui um papel estratégico, contemplado em suas especificidades e em suas propostas e práticas pedagógicas. Portanto, na escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial em salas multisseriadas do campo, compreendemos o quanto os currículos dessas escolas necessitam reconhecer o campo como um território repleto de modos de existência, saberes, costumes,

culturas ancestrais que precisam ser reconhecidos como válidos e explorados nas práticas pedagógicas realizadas com os alunos. Por isso, Santos (2018) propõe reverter toda lógica que engessa novas/outras possibilidades de produção das subjetividades humanas.

A formação inicial e continuada dos profissionais que atuam nas escolas do campo nos dá condições de pensar sobre a importância de formações que dialoguem com essa realidade que é tão plural. A formação dos profissionais da Educação Especial, considerando a especificidade da Educação do Campo e a Educação Especial, deve ser assumida como uma política pública comprometida em atender às demandas dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que vivem no campo.

Apostamos no pressuposto de que investir nos saberes-fazer dos profissionais da Educação caminha no sentido de defender o direito social à Educação para os estudantes, pois professores mais bem qualificados podem planejar/mediar práticas pedagógicas em uma abordagem mais inclusiva. Diante disso, quando se analisa a formação do professor para atuar em escolas do campo na interface com a Educação Especial, precisamos trazer a temática para a formação inicial e garantir que ela tenha se expanda para a formação continuada. Diante disso, a formação de professores precisa articular teoria e prática e ajudar esse profissional a compor práticas pedagógicas que agucem a curiosidade discente e o desejo de aprender. Por isso, os professores além do direito à formação, precisam contar com as redes de apoio para fazer da sala de aula um lugar de aprendizagens.

Vale destacar que a Educação Especial nas escolas do campo precisa contar com políticas públicas, porque, sem elas, as práticas pedagógicas se mostram excludentes. Assim, é necessário, dentre outras ações, a efetivação de sala de recursos, redes de apoio, valorização do trabalho docente, realização de concursos públicos, manutenção das estruturas das escolas e a constituição de currículos que contemplem a realidade campesina e as demandas da Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos a necessidade de visibilizar os saberes-fazer dos profissionais da educação, possibilitando espaços-tempos de articulação entre currículo e o atendimento educacional especializado na Educação do Campo, visando à construção de uma proposta curricular inclusiva. Faz-se necessário fortalecer as lutas de homens e mulheres do campo em defesa da Educação como direito social e garantir processos educativos inclusivos realizados nas escolas do campo.

O processo de escolarização de alunos público alvo da Educação Especial nas escolas multisseriadas do campo perpassa por uma série de questões no âmbito cultural, social e político que vem implicando a negação de direitos. Lutas sociais vem sendo historicamente firmadas para se combater a exclusão e a desigualdade de acesso ao conhecimento que tanto afeta a aprendizagem.

Falar de Educação Especial como modalidade de ensino, dentro de uma outra modalidade de educação, como na Educação do Campo, requer de nós professores-pesquisadores um olhar atencioso e minucioso para o cotidiano escolar, a vistas de desconstruir paradigmas, romper preconceitos e buscar por maiores possibilidades de articulação entre essas modalidades e entre os currículos e o atendimento educacional especializado, objetivando garantir aos estudantes público-alvo da Educação Especial a aprendizagem para além dos muros escolares.

Tratar da educação das comunidades campestres é lançar um olhar sobre todo o processo em que se dá a relação ensino-aprendizagem, desde as questões de infraestrutura até as propostas curriculares. Neste sentido, os diálogos constituídos com os participantes no estudo desvelam a necessidade de compreender questões que atravessam as práticas pedagógicas em classes multisseriadas, relacionando-as à inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, M. C; JESUS, S. M. S. A. de (Org.) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Coleção Por uma Educação do Campo, nº5, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CORREIA, P. C da H. **Modos de coMviver do índio com deficiência: um estudo de caso na etnia indígena Pankararé**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

FERNANDES, A. P. C. S. **A escolarização da pessoa com deficiência nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Paraense**. 2015. Tese (Doutorado em Educação Especial), Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2015.

GALVÃO, M. A. S. **Educação rural na Amazônia: turmas multisseriadas na perspectiva da inclusão, no município de Manacapuru/AM**. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus – AM, 2009.

KÜHN, E. R. **Educação especial na educação do campo: as configurações de uma escola da rede municipal de ensino**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Santa Maria, 2017.

NOZU, W. C. S. **Educação Especial e Educação do Campo: entre porteiras marginais e fronteiras culturais**. 2017. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Grande Dourados, MS, 2017.

PALMA, D. T. **Escolas do campo e atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncional**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista. Araraquara – SP, 2016.

SANTOS, B. S. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011 – 2016**. Ed. Cortez. São Paulo, 2018.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitada**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 777-815, 2006.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, S. R. C. de. **Educação no Campo e a escolarização de pessoas com deficiência**: uma análise dos indicadores sociais no Paraná. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012